Plenarium Penarium



VOLUNTÁRIO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Saiba como se tornar voluntário nas Eleições de 2020

EDITORIAL

A matéria de capa da edição de março de 2020 do informativo PLENARIUM destaca a importância do mesário para a transparência e a segurança das eleições brasileiras. Para as Eleições Municipais de 2020, foram elaboradas peças de divulgação para televisão, rádio, mídia impressa, internet e redes sociais, disponíveis no Portal do TSE. Esse material foi distribuído às emissoras de rádio e de televisão e está sendo compartilhado com entidades parceiras.

A reportagem especial traz detalhes sobre as reuniões de segurança. O foco é a segurança das eleições de 2020. Essas reuniões ocorreram no mês de fevereiro, no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). No dia 07 de fevereiro, o presidente do Tribunal, Des. **José dos Anjos**, recebeu representantes do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe (CBMSE) e da Polícia Militar de Sergipe (PMSE). Nos dias 13 e 14, ele reuniu-se com o procurador regional eleitoral e com representantes da Polícia Federal, respectivamente, e, no dia 21, com delegados da Polícia Civil.

A coluna "Aconteceu no Plenário" relembra os principais fatos envolvendo a atuação da Corte Eleitoral no mês de fevereiro, por exemplo: o colegiado não acatou o pedido de desfiliação partidária de um deputado estadual, bem como não acolheu os embargos de declaração e aplicou multa a uma vereadora do município de Ilha das Flores.

No caderno ACONTECEU, destacam-se a entrada de 20 (vinte) novos estagiários de nível médio e de nível superior, a palestra sobre Educação Financeira para os servidores da Justiça Eleitoral, bem como o lançamento do vídeo que estimula jovens a tirarem o primeiro título (criado pela Ascom do TRE-SE).

E nossa "Memória Eleitoral" fala sobre a urna eletrônica brasileira, que, em 2020, comemorará 24 anos, e sobre as primeiras votações.

Que você tenha agradável **leitura!** Equipe ASCOM.



PRESIDENTE

Desembargador José dos Anjos

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Iolanda Santos Guimarães

JUÍZES MEMBROS

Marcos Antônio Garapa de Carvalho Edivaldo dos Santos Raymundo Almeida Neto Sandra Regina Câmara Conceição Leonardo Souza Santana Almeida

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Heitor Alves Soares

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro DRT 1037

REVISÃO

André Frossard João Lover

COLABORADORES

Érika Letícia Gabriel Xavier José Gabriel

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves Luigi Abdias

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo Gov. Augusto Franco - CENAF Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho Aracaju - SE - CEP: 49081-000

SUMÁRIO

ACONTECEU NO PLENÁRIO	4
ACONTECEU	.5
SEGURANÇA NAS ELEIÇÕES 2020	7
VOLUNTÁRIO DA JUSTIÇA ELEITORAL	9

MEMÓRIA ELEITORAL



A urna eletrônica e as primeiras votações

A urna eletrônica brasileira comemorará 24 anos em 2020. Ela foi desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para garantir segurança e transparência ao processo eleitoral (eliminando, por exemplo, a apuração manual de votos).

O primeiro Código Eleitoral (1932) previu, em seu artigo 57, o "uso das máquinas de votar, regulado oportunamente pelo Tribunal Superior [Eleitoral]", sendo primordial o sigilo do voto. Antes de a urna eletrônica se consolidar na década 90, a Justiça Eleitoral já havia feito muitos investimentos em informatização, sempre procurando andar na vanguarda em relação à tecnologia.

Na década de 1980, com os avanços tecnológicos, ocorreu o recadastramento geral do eleitorado em meio eletrônico (1986). Antes não havia registro nacional, cada TRE registrava, de forma independente, os dados dos eleitores, isso facilitava fraudes no cadastramento eleitoral: havia eleitores com registro em mais de um estado, pessoas mortas cujos cadastros estavam ativos. Essas situações foram evitadas com a criação do cadastro único com numeração nacional (Sistema ELO). Na época, o Brasil tinha cerca de 70 milhões de eleitores.

Em 1994, pela primeira vez, o resultado das eleições gerais foi processamento eletronicamente com recursos da própria Justiça Eleitoral. Em 1993, no biênio de gestão do ministro **Carlos Velloso**, O TSE organizou a infraestrutura para possibilitar a votação eletrônica: criou-se a rede nacional da Justiça Eleitoral. Essa rede permitia transmitir a alguns centros regionais as apurações de cada município.

A partir de 1995, a Justiça Eleitoral decidiu criar uma urna que processasse eletronicamente os votos com rapidez, com maior segurança, propiciando também maior celeridade no processo de apuração. Na eleição de 1996, um terço do eleitorado votou pela urna eletrônica.

ANIVERSARIANTES **DE MARÇO**

- 02 Márcia Maria Matos dos Santos
- 03 Gedalias Bastos Freire
- 03 Jorge Correia Dantas
- 03 Maria Alejandra Pérez de Machado
- 03 Rosângela de Gois Galvão
- 05 Abdorá Coutinho Oliveira
- 07 José Carvalho Peixoto
- 08 Edvaldo Bispo da Paixão
- 08 Elisabeth Pereira Dantas
- 08 Maria Geane Simões de França Cruz
- 09 Josué Conceição Dias
- 09 Maria de Lourdes Leite Lisboa
- 10 Reginaldo Bispo dos Santos
- 13 Lázaro Nicolau Ferreira
- 13 Vanine Vieira de Faria Almeida Cabral
- 14 Iraci Chaves Silva Costa
- 14 José Eraldo Santos Prata
- 14 Rodrigo Cardoso Mesquita
- 15 Afonso Barboza de Carvalho
- 15 Veroni Junior Caetano de Oliveira
- 16 Bruna de Souza Fraga
- 17 Manoel Marcondes Barros da Silva
- 20 Ione Cristina Mendes
- 20 Jecemia Naára Dantas Teixeira
- 20 Lais Celestino de Jesus
- 20 Norberto Rocha de Oliveira
- 21 Wagner Ferreira Toledo
- 22 Iranilde Francisca dos Santos
- 24 Marcos Garcia de Medeiros
- 25 Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
- 26 Maria Lúcia Martins Carvalho
- 28 Maria Elizabete Santos Almeida
- 29 Abraão Alves de Souza
- 30 Ricardo Mesquita Pereira
- 31 João Leopoldo de Albuquerque Missias

ACONTECEU NO PLENÁRIO

TRE-SE rejeitou embargos de declaração de veradora de Ilha das Flores

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) não acolheu, por unanimidade, os embargos de declaração da vereadora **Eulália Cely Silva Calumbi**, do município de Ilha das Flores, e aplicou multa no valor de R\$ 2.090,00. Cely Calumbi entrou com os embargos alegando que a decisão colegiada não pronunciou "o conteúdo integral dos depoimentos e, principalmente, sua interpretação em sintonia com os fatos". A decisão aconteceu na sessão plenária do dia 12 de fevereiro.



O relator do processo, juiz **Leonardo Souza Santana**, decidiu que o recurso apresentado pela parlamentar é infundado com a finalidade de prolongar indevidamente a relação processual, de atrasar a eficácia da decisão judicial ou, ainda, de congestionar o trabalho do Poder Judiciário.

No dia 30 de setembro de 2019, na sessão plenária, a Corte Eleitoral manteve a sentença do Juízo da 15ª Zona Eleitoral, que determinou à vereadora o pagamento de multa no valor de R\$ 10 mil e inelegibilidade por oito anos.

TRE-SE negou pedido de desfiliação partidária do deputado Gilmar Carvalho

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE--SE) negou, por unanimidade, o pedido de desfiliação partidária do deputado estadual **Gilmar José Fagundes de Carvalho**, do Partido Social Cristão (PSC). De acordo com a Lei nº 9.096/95, o político que se desfiliar do partido pelo qual foi eleito, sem justa causa, perderá o mandato.

O deputado estadual Gilmar Carvalho alegou sofrer represálias e discriminações políticas em razão de divergências entre ele e os líderes do



partido. O PSC não se opôs à desfiliação, no entanto não concordou com a justificativa apresentada pelo requerente.

O representante do Ministério Público Eleitoral, procurador **Heitor Alves Soares**, entendeu que as provas foram insuficientes porque foram baseadas apenas em matérias jornalísticas. O procurador explicou que considera-se justa causa se houver mudança substancial ou desvio reiterado em relação ao programa partidário, grave discriminação política e se a mudança de partido for efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição.

Em seu voto, o relator, juiz **Leonardo Souza Santana Almeida**, asseverou que a exclusão das reuniões e eventos seria fato também não contestado. "As afirmações foram feitas pelo autor de forma genérica, sem a devida especificação. Tal circunstância impossibilitou, inclusive, neste particular, o exercício da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa", disse.

ACONTECEU

TRE-SE promoveu reunião para tratar do programa Jira

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) promoveu, no dia 07 de fevereiro, a reunião para tratar do sistema 'Jira Configuração'. Os servidores (capacitados no ano de 2019) líderes de projetos nas unidades participaram da reunião, cujo objetivo foi unificar a dinâmica de trabalho em relação a esse sistema e desenvolver competências relacionadas à utilização.

Na reunião, também se configurou o *software* de gestão de tarefas, que garante melhor visualização em relação aos projetos. O programa *Jira Configuração* vai substituir a ferramenta *doc project*, que ainda está em



uso no Tribunal. Esse novo sistema é mais dinâmico e transparece a nova visão referente a boas práticas de gerenciamento de projetos.

O sistema foi comprado pelo Tribunal e é restrito a 50 servidores: lideres dos projetos, encarregados, entre outros. A reunião foi coordenada pela chefe e pelo assistente da Seção de Gestão do Planejamento e Gerenciamento de Projetos (SEGEP), **Anita Rocha Paixão Sotero** e **Ricardo Mesquita Pereira**.

TRE-SE recebeu 20 novos estagiários

No dia 03 de fevereiro, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) recebeu treze novos estagiários: seis do ensino médio e sete do superior, aprovados no último processo de seleção. No dia 17 de fevereiro, mais sete estagiários foram recepcionados (dessa vez, todos foram de nível médio), totalizando vinte novos estagiários. A servidora **Oona Karina Mendes da Silva** (Seção de Gestão de Desempenho – SEGED) foi a responsável por realizar a ambientação e apresentar o Programa de Estágio aos estudantes.



Os recém-chegados visitaram as unidades do Tribunal (sob supervisão) e conheceram a estrutura organizacional. O primeiro dia é sempre de ambientação. No dia seguinte, os estagiários iniciam as atividades nos respectivos setores de lotação (sede ou cartórios eleitorais).

O objetivo do estágio é complementar o ensino/aprendizagem. O estágio é instrumento de integração entre teoria e prática, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e proporciona a melhoria das relações interpessoais.

Educação Financeira foi tema de palestra

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) realizou, no dia 07 de fevereiro, a palestra sobre Educação Financeira. O público-alvo foram os servidores da Justiça Eleitoral. A *trainee* motivacional, orientadora de investimentos, CEO da Locomotiva de Sucesso e *coach* há quatro anos, **Gleycianne Gomes**, compartilhou seus conhecimentos com os participantes.

Durante o evento, a orientadora mostrou a importância de o brasileiro aprender a se educar financeiramente, de investir e de ter renda passiva. A palestrante ainda



afirmou que, para ser educado financeiramente, é necessário primeiro educar o emocional, para que a pessoa não gaste abusivamente só pelo poder de compra.

ACONTECEU

TRE-SE empossou quatro novos servidores

Quatro novos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) tomaram posse no dia 10 de fevereiro, no Gabinete da Presidência do Tribunal. Elielson Sousa Silva e José Clécio Macedo Meneses proveram o cargo de analista judiciário (lotados em Neópolis e Canindé de São Francisco, respectivamente); Lorena Oliveira da Rocha e Thiago Andrade Costa proveram o cargo de técnico judiciário (lotados em Porto da Folha e Canindé de São Francisco, respectivamente). Eles foram aprovados no último concurso público.



Após a assinatura do termo de posse, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), desembargador **José dos Anjos**, deu as boas-vindas e desejou excelente trabalho aos novos agentes públicos.

Primeira reunião dos diretores-gerais de 2020 ocorreu em Brasília

Os diretores-gerais dos órgãos da Justiça Eleitoral realizaram a primeira reunião de 2020. O encontro ocorreu na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 4 de fevereiro. O objetivo da reunião foi elaborar uma proposta no sentido de otimizar o uso das urnas eletrônicas para as próximas eleições municipais.

Neste ano, o número de urnas eletrônicas sofrerá significativa redução, haja vista a impossibilidade de utilizar as urnas eletrônicas modelos 2006 e



2008, além da possibilidade de não serem produzidas urnas eletrônicas modelo 2020: o processo licitatório encontra-se pendente de julgamento de recursos no TSE.

Na reunião, foi apresentado aos diretores-gerais um estudo estatístico que serviu de diretriz para as discussões. Esse estudo resultará na elaboração do planejamento para a redistribuição das urnas eletrônicas entre os TREs. O secretário de tecnologia da informação, Sr. **José Carvalho Peixoto**, representou o diretor-geral do TRE-SE, **Rubens Lisboa Maciel Filho**.

TRE-SE lançou vídeo que estimula os jovens a tirar o primeiro título

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) lançou, no dia 05 de fevereiro, a campanha intitulada *O voto é o meu poder*, com o objetivo de estimular os jovens sergipanos a tirar o primeiro título de eleitor.

O vídeo tem uma linguagem leve e direta, evidencia a importância e o poder do voto. Repleto de efeitos especiais, o curta-metragem mostra um jovem com superpoderes afirmando que não é preciso ter habilidades especiais para mudar o mundo, com o voto, todos podem exercer o poder.



Os estagiários de jornalismo do TRE-SE **Érika Letícia Mendonça**, **Gabriel Xavier Freitas** e **José Gabriel** interpretaram, respectivamente, os papéis de eleitor, super-herói e apresentador. O assessor-chefe da ASCOM, **Ricardo Ribeiro**, realizou a operação das câmeras e coordenou o projeto. O técnico judiciário **André Frossard** foi o responsável pela edição, pós-produção, adição de efeitos e cinegrafia. Por fim, os colaboradores **Luigi Mauro Adeu Abdias** e **Emerson Bezerra Fontes** foram responsáveis pelo suporte técnico.

REUNIÕES SOBRE SEGURANÇA NAS ELEIÇÕES 2020 FORAM REALIZADAS NO TRE-SE

No mês de fevereiro, no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), ocorreram reuniões com representantes das forças de segurança pública e com o representante do Ministério Público Eleitoral. O objetivo foi alinhar o planejamento referente à segurança das eleições 2020.



No dia 07, o presidente do Tribunal, Des. José dos Anjos, recebeu representantes do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe (CBMSE) e da Polícia Militar de Sergipe (PMSE). Nos dias 13 e 14, ele reuniu-se com o procurador regional eleitoral e com representantes da Polícia Federal, respectivamente, no dia 21, com delegados da Polícia Civil, e, no dia 28, com a representante da Polícia Rodoviária Federal, e com representantes da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

Durante a reunião com a PMSE, o desembargador José dos Anjos frisou que, nos próximos meses, pretende aumentar a participação das instituições de segurança com vistas ao pleito eleitoral: "Nós queremos ter uma eleição ainda mais segura, na qual o eleitor possa desempenhar o seu papel de cidadão com plena tranquilidade.

O comandante-geral da PMSE, coronel Marcony Cabral, elogiou o trabalho conjunto da polícia com o TRE-SE. "A parceria entre a Polícia Militar e o TRE-SE já vem de longas datas; e o sucesso é fruto do planejamento antecipado. Temos a certeza de que vamos implementar as mudanças solicitadas. Acredito que teremos eleições, mais uma vez, tranquilas. A Polícia Militar estará presente garantindo a segurança na festa da Democracia", ressaltou.

Estiveram presentes o comandante--geral do CBM, coronel Gilfran Mateus, o subcomandante-geral da PMSE, coronel Paulo Paiva, o coordenador-chefe da Agência de Inteligência da PMSE, Edenisson da Paixão, e o tenente-coronel Gilberto Melo.



No dia 13 de fevereiro, o procurador regional eleitoral, **Heitor Alves Soares**, como mencionado acima, reuniu-se com o Des. José dos Anjos e apresentou algumas considerações sobre a segurança e a lisura das eleições 2020. Com o objetivo de aprimorar o processo e fortalecer a sistemática de segurança, Heitor Soares pontuou alguns ajustes que

julga necessários em relação aos procedimentos adotados no pleito de 2018. O procurador também colocouse à disposição para participar das próximas reuniões com as forças de segurança.



No dia seguinte, 14 de fevereiro, o delegado da Polícia Federal (PF), **Daniel Horta**, e o chefe do Núcleo de Inteligência da PF em Sergipe, **Jackson Cerqueira**, estiveram no TRE-SE para dar continuidade às reuniões sobre a estratégia de segurança das eleições municipais deste ano.

O Des. José dos Anjos afirmou que a participação das instituições de segurança será efetiva no processo de construção da logística de salvaguarda do pleito de 2020. "Nós queremos ter uma eleição sempre segura, na qual o eleitor sinta-se à vontade para votar e exercer a cidadania satisfatoriamente e os candidatos participem harmoniosamente", disse o presidente do TRE-SE.

Para o delegado da Polícia Federal Daniel Horta, "esse primeiro contato foi excelente, porque o Des. José dos Anjos foi bem objetivo em relação à forma de atuar nas eleições. Nós alinharemos as ações a fim de que, durante as eleições, tudo ocorra em sua normalidade", afirmou o delegado. Nessa reunião, o procurador Heitor Soares parabenizou o TRE-SE pelos trabalhos e ressaltou a importância de o Ministério Público Eleitoral participar: "O TRE-SE está de parabéns. Esse processo de diálogo com as forças de segurança do Estado facilita o transcurso das atividades da Justiça Eleitoral."



No dia 21, com representantes da Polícia Civil, o Des. José dos Anjos passou informações no sentido de que a força policial defina o plano de atuação referente às eleições.

Além disso, o presidente ressaltou a importância do trabalho da Polícia Civil. Participaram do encontro o delegado Jonathas Evangelista, da Coordenadoria da Polícia do Interior (Copci), e a delegada Vivianne Pessoa, da Coordenadoria de Polícia da Capital (Copcal).

Do TRE-SE, estiveram presentes nas reuniões o diretor-geral, **Rubens Lisboa**, o juiz membro, **Raymundo Almeida**, o assessor de planejamento e estratégia e gestão, **Marcelo Gerard**, o secretário de administração, orçamento e finanças, **Norival Navas Neto**, o assessor de imprensa e comunicação social, **Ricardo Ribeiro**, e a assessora dos juízes membros, **Alessandra Cerqueira**.

JUSTIÇA ELEITORAL DESTACA IMPORTÂNCIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

A Justiça Eleitoral deu início à campanha de comunicação que destaca a importância do trabalho voluntário, em especial, o do mesário, para a transparência e a segurança das eleições brasileiras. A afirmação "eu quero uma cidade melhor" é o mote que provoca cada cidadão em relação ao papel para construir a Democracia e que convida o eleitor a fazer parte do processo eleitoral como mesário voluntário.

Para as Eleições Municipais de 2020, foram elaboradas peças de divulgação para televisão, rádio, mídia impressa, *internet* e redes sociais, disponíveis no Portal do TSE. Esse material foi distribuído às emissoras de rádio e de televisão e está sendo compartilhado com entidades parceiras.

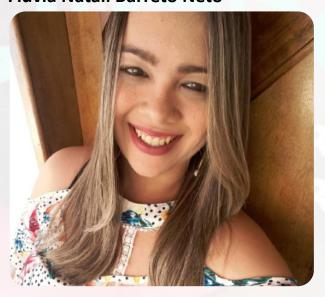
Os mesários são eleitores que se voluntariam ou são chamados pela Justiça Eleitoral para trabalhar nas mesas receptoras e nas mesas de justificativa de votos (nos locais de votação ou de justificar o voto, que são as seções eleitorais ou os postos de justificativa).

As mesas receptoras de votos são compostas por um presidente, um primeiro e um segundo mesários, um secretário e um suplente. É facultado aos Tribunais Regionais Eleitorais dispensar o segundo secretário e o suplente. As mesas receptoras de justificativa podem funcionar com dois mesários.

Para ser mesário é preciso que o eleitor seja maior de 18 anos e esteja em dia com a Justiça Eleitoral.

Conheça alguns voluntários da Justiça Eleitoral:

Fluvia Natali Barreto Neto



A coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), do município de Pinhão, no agreste sergipano, Fluvia Natali Barreto Neto, de 29 anos, é voluntária da Justiça Eleitoral desde os 18 anos de idade. Ela inscreveu-se em 2010 e, desde então, tem sido convocada para as eleições. "Para mim, é algo maravilhoso, pois exerço o meu papel de cidadã duas vezes, além dos benefícios que temos como mesários: ganhamos horas de extensão de faculdade, entre outras coisas", declarou.

Fluvia explicou um pouco do trabalho do mesário: "Não podemos

demonstrar nenhuma preferência por candidato, trabalhamos com imparcialidade. Se demonstrarmos alguma preferência, poderemos influenciar os eleitores, e esse não é o nosso papel", completou.

A mesária também contou o caso ocorrido na eleição de 2010: "Um senhor chegou, com atrevimento, alegando que era fiscal de partido e que votaria na frente das pessoas que estavam na fila. Então eu expliquei que só poderiam utilizar dessa prerrogativa os candidatos, pessoas idosas, gestantes, mulheres em lactação, entre outros. Expliquei, ainda, que ele não se enquadrava nas hipóteses de preferência previstas em lei. Ele me respondeu de forma grosseira e ameaçou agredir-me. Comuniquei o fato ao coordenador de local de votação; e o impertinente foi levado preso por desacato. No dia da eleição, nós, mesários, somos representantes legais da justiça, era uma coisa que eu não sabia e tomei conhecimento ao me tornar mesária", disse Fluvia.

Izailka Dória Cardoso



A zootecnista **Izailka Dória Cardoso**, de 30 anos, é mesária desde 2016.

Ela, ao contrário de Fluvia, não se inscreveu, foi convocada pela Justiça Eleitoral. Posteriormente, decidiu que gostaria de continuar trabalhando nas eleições por apreciar a dinâmica do processo. "O trabalho dos mesários é importante para garantir o bom andamento do processo eleitoral, celeridade, redução de fraudes, transparência e o apoio devido aos eleitores", afirmou.

Rafael Silva Santos



O engenheiro civil **Rafael Silva Santos**, de 31 anos, trabalhou por três eleições seguidas, subiu de cargo, com o passar dos anos. Primeiramente, trabalhou como secretário, depois como 1º mesário e, por último, como presidente de seção. "O mesário, além de informar sobre o processo eleitoral, também tem a função de manter a ordem nas seções, sem discriminação de raça, opção sexual ou opinião política. Cabe a ele zelar para que o pleito ocorra de forma mais justa", declarou Rafael.

Os benefícios do mesário: dispensa do serviço pelo dobro dos dias trabalhados nas eleições, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem; critério de desempate para promoção de servidor público, levando-se em conta o número de vezes em que prestou serviços à Justiça Eleitoral e critério de desempate em concurso para provimento de cargo público no âmbito da Justiça Eleitoral, se previsto em edital.

Atribuições do mesário presidente

de mesa: o presidente da mesa receptora é a maior autoridade da seção eleitoral. Suas principais atribuições são manter a ordem no recinto, recorrendo à força pública quando necessário; resolver as dificuldades e esclarecer as dúvidas; comunicar imediatamente ao Juiz Eleitoral as ocorrências sobre as quais o juiz deva decidir; nomear eleitores para substituir mesários faltosos; iniciar e encerrar a votação; providenciar a entrega dos materiais após o encerramento da votação conforme orientações do cartório eleitoral; e atribuir obrigações aos demais mesários a fim de garantir o bom andamento dos trabalhos na seção.

Atribuições do 1° e do 2° mesários:

identificar o eleitor; localizar o nome do eleitor no caderno de votação; ditar o número do título eleitoral ao presidente; colher a assinatura do eleitor se este não for identificado biometricamente; entregar o comprovante de votação ou de justificativa, devolver os documentos do eleitor; e cumprir as demais obrigações que lhes forem atribuídas. O 1º mesário deve substituir o

presidente, caso este não compareça à seção até as 7 horas e 30 minutos.

Atribuições mesário secretário:

preencher a ata da mesa receptora de votos, relacionando as ocorrências registradas durante o dia; orientar os eleitores na fila e conferir os documentos; controlar a entrada e a movimentação das pessoas na seção; verificar o correto preenchimento do formulário Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE); verificar se o eleitor, ao sair, recebeu o documento de identificação e o comprovante de votação ou de justificativa, conforme o caso; distribuir aos eleitores, às 17 horas, as senhas de acesso à seção; e cumprir as demais obrigações que lhe forem atribuídas.

Uma eleição não é feita só de candidatos e de eleitores. A cada eleição, aproximadamente, dois milhões de mesários atuam em todo o país. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas pelo *e-mail* campanhas@tse.jus.br.

Voluntários da Justiça Eleitoral

No site do TRE-SE, há um espaço dedicado aos voluntários da Justiça Eleitoral. A página dos voluntários contém o link com o formulário de inscrição on-line. Os benefícios em ser um voluntário da Justiça Eleitoral e as dúvidas frequentes sobre o trabalho também estão detalhados no portal.

Seja um voluntário da Justiça Eleitoral!







